
Por uma epistemologia feminista: Apontamentos teórico-metodológicos para o fortalecimento das discussões das relações de Gênero no campo da Educação

For a feminist epistemology: Theoretical-methodological notes to strengthen discussions on gender relations in the field of Education

Por una epistemología feminista: Apuntes teórico-metodológicos para fortalecer las discusiones sobre las relaciones de género en el campo de la Educación

Oliveira, Tamires Aparecida Batista de¹ (Lagarto, Sergipe, Brasil)ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2721-5859>Cruz, Maria Helena Santana² (Aracaju, Sergipe, Brasil)ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7794-278X>**Resumo**

Quando se aborda sobre poder, automaticamente nos referimos a hierarquia entre opressores e oprimidas, e também entre dominadores e dominadas. Sendo que, nessas relações onde se tem o envolvimento de homens e mulheres, os homens de forma geral dominam o papel principal de opressor. Neste contexto, este artigo pretende fomentar sobre as questões temáticas de feminismo, marxismo e relações de gênero no âmbito da educação, dando destaque a alguns autores e pesquisadores que contribuíram para a definição de gênero e suas consequentes implicações. Com o intuito de romper essas barreiras de estereótipos e diferenças, no âmbito educacional este fator se identifica como uma trilha que permite tanto a professores como alunos, adquirir novas percepções e experiências sobre os padrões existentes na sociedade, buscando reduzir os conflitos entre homens e mulheres, dando mais abertura de aprender com as diferenças. O desenvolvimento do artigo se deu por uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória. Contudo, tal divisão acaba por impor às mulheres menor controle sobre o uso do tempo e constitui-se como elemento fundamental no processo de acumulação de capital. Assim, as análises sobre trabalho e gênero não podem ser feitas sem considerar os diferentes tipos de atividade desenvolvidos sobretudo pelas mulheres, as quais muitas vezes não são consideradas trabalho em sua definição geral.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Invisibilidade feminina.

Abstract

When it comes to power, we automatically refer to the hierarchy between oppressors and oppressed, and also between dominators and dominated. Since, in these relationships where there is the involvement of men and women, men generally dominate the main role of oppressor. In this context, this article intends to promote the thematic issues of feminism, Marxism and gender relations in the field of education, highlighting some authors and researchers who contributed to the definition of gender and its consequent implications. In order to break these barriers of stereotypes and differences, in the educational field this factor is identified as a path that allows both teachers and students to acquire new perceptions and experiences about the existing standards in society, seeking to reduce conflicts between men and women; giving more openness to learn from differences. The development of the article was based on a qualitative research of an exploratory nature. However, this division ends up imposing less control over the use of time on women and constitutes a fundamental element in the process of capital accumulation. Thus, analyzes on work and gender cannot be carried out without considering the different types of activities carried out mainly by women, who are often not considered work in their general definition.

Keywords: Genre. Feminism. Female invisibility.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Integrante do Grupo de Pesquisa: "Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero" (PPGED/UFS/CNPq).

² Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Líder do Grupo de Pesquisa: "Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero" (PPGED/UFS/CNPq). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social da UFS. Aracaju/Sergipe/Brasil.

Resumen

Cuando se trata de poder, automáticamente nos referimos a la jerarquía entre opresores y oprimidos, y también entre dominadores y dominados. Ya que, en estas relaciones donde existe la implicación de hombres y mujeres, generalmente los hombres dominan el papel principal de opresor. En ese contexto, este artículo pretende promover las cuestiones temáticas del feminismo, el marxismo y las relaciones de género en el campo de la educación, destacando algunos autores e investigadores que contribuyeron a la definición de género y sus consecuentes implicaciones. Para romper estas barreras de estereotipos y diferencias, en el ámbito educativo se identifica este factor como un camino que permite tanto a docentes como a estudiantes adquirir nuevas percepciones y experiencias sobre los estándares existentes en la sociedad, buscando disminuir los conflictos entre hombres y Mujeres; dando más apertura para aprender de las diferencias. El desarrollo del artículo se basó en una investigación cualitativa de carácter exploratorio. Sin embargo, esta división acaba imponiendo a las mujeres un menor control sobre el uso del tiempo y constituye un elemento fundamental en el proceso de acumulación de capital. Así, los análisis sobre trabajo y género no pueden realizarse sin considerar los diferentes tipos de actividades realizadas mayoritariamente por mujeres, que muchas veces no son consideradas trabajo en su definición general.

Palavras-Clave: Género. Feminismo. Invisibilidad femenina.

Introdução

A busca por uma ordem e pelo controle do conhecimento é o objetivo maior da ciência. A epistemologia vai então analisar essas buscas, seus avanços e seus limites, trabalhando mais intimamente com a filosofia da ciência do que com os métodos científicos, sendo muitas vezes crítica aos caminhos percorridos e recomendados pela ciência canônica.

No limiar do século XXI, as ciências sociais se defrontam com um desafio epistemológico novo. À medida em que a realidade social passa por uma verdadeira revolução, quando o **objeto das ciências sociais e humanas se transfigura** de modo visível, em amplas proporções e, sob certos aspectos, são postas diante de novo desafio epistemológico. À medida em que se constitui e desenvolve a sociedade global, como emblema de um novo paradigma das ciências sociais, alguns conceitos, categorias e interpretações podem tornar-se obsoletos, exigir reelaborações ou ser articulados com novas noções suscitadas pela reflexão sobre a globalização. Os novos paradigmas consolidam um quadro analítico para desafiar e interromper os modos de produção do conhecimento herdados da tradição.

A epistemologia feminista, por outro lado, busca ampliar ainda mais essa crítica à ciência canônica, feita por homens, a partir do ponto de vista que lhe é peculiar e com suas definições do que é ou não relevante e importante o bastante para ser chamado de científico, incluindo a perspectiva de grupos subalternos, como as mulheres. Como esclarece Bandeira (2008, p. 11), “as críticas feministas, ao contraporem-se a categorias, conceitos e métodos hegemônicos, desafiam a si

próprias a não reproduzirem a mesma dominação científica que julgam inadequadas”. Neste sentido, as epistemologias feministas tecem uma crítica severa à racionalidade e à neutralidade científica moderna quando expõem que os/as cientistas são atravessados/as por marcadores de classe, gênero, orientação sexual e raça/etnia e que sua biografia pessoal está, invariavelmente, presente em sua produção científica – em especial nas ciências sociais e humanas, que envolvem, quase sempre, a sustentação de um ponto de vista e posicionamento (BANDEIRA, 2008). As críticas feministas avançam também, ao defender a importância do ‘conhecimento e ‘experiência situada’ que permite explicitar desde onde se faz e cria conhecimento.

Os estudos feministas têm cada vez mais se legitimado como um campo de conhecimento sólido e inovador, tanto desde uma perspectiva teórico-metodológica como crítica. Têm empreendido um esforço hercúleo para dar visibilidade às problemáticas femininas dentro das ciências e lutado pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos da história. Ao mesmo tempo, reclamam o caráter político da produção de conhecimento e denunciam o androcentrismo, o colonialismo, o universalismo e o eurocentrismo sobre o qual a ciência moderna está assentada.

No século XIX surgia o movimento feminista, onde a união feminina buscava aniquilar com a opressão dos homens sobre elas. Antecessor a este movimento, as mulheres não tinham direito ao voto e nem a educação, o seu papel era de servir ao seu marido (lavando e cozinhando), vista muitas vezes como um mero objeto de reprodução (LIMA; SILVA, 2021). No decorrer do século XX, emergiam estudos que tinham como intuito compreender o universo da relação mulher/homem, havendo assim o movimento e a crítica feminista como propulsores e aliados na busca de se desmistificar verdades e desfazer valores que estabeleciam um fato dado: a diferença gerando a desigualdade (ROSALDO, 1995).

A interrogação sobre a introdução de novos olhares a partir dos lugares das mulheres produziu novas abordagens e se o conceito de gênero se constitui em um novo paradigma metodológico pressupondo o compartilhamento de ideias e de instrumentos de análise (MACHADO, 2013). A generalização do uso do conceito de gênero no campo intelectual anglo-saxônico, nos saberes disciplinares da sociologia, antropologia, história, literatura, filosofia e psicologia, ocorrida nos anos oitenta e noventa, trouxe consigo o compartilhamento da radicalização da ideia da desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher e da radicalização

da construção simbólica (entendendo-se aqui a natureza da dimensão social e cultural) das noções de feminino e masculino.

O uso do conceito de gênero se tornou cada vez mais generalizado no campo intelectual brasileiro e, embora, ainda que parcialmente, esteja sendo usado como sinônimo dos estudos de mulheres, entende-se que instaurou uma nova metodologia de análise por muitos de seus usuários do campo intelectual brasileiro, produzindo a possibilidade paradigmática de um distanciamento do uso da categoria mulher e de um processo de radicalização da pergunta sobre as relações entre sexo e gênero até a afirmação plenamente radical da arbitrariedade das relações entre sexo e gênero.

Vielmo (2021) conceitua gênero como sendo uma classe de análise histórica, tendo ele como um componente que abrange todas as relações sociais, se fundamentando nas desigualdades existentes entre os sexos e no modo básico de dar significado às relações de poder. Deste modo, quando se aborda sobre poder, automaticamente nos referimos a hierarquia entre opressores e oprimidas, e também entre dominadores e dominadas. Sendo que, nessas relações onde se tem o envolvimento de homens e mulheres, os homens de forma geral dominam o papel principal de opressor.

Neste contexto, o pensamento feminista introduziu novos sujeitos, como atores e novos sujeitos como objetos de pesquisa na teoria social, assim como as contribuições trazidas ao campo disciplinar da educação, as quais afetaram as agendas de pesquisa (FOX KELLER, 2006). A crítica feminista denunciou o cânone predominante na produção do conhecimento considerado legítimo contrapondo-se aos argumentos naturalistas e às estratégias essencialistas, impostas pelos argumentos masculinistas. Provocou “vários deslocamentos nas formas do pensar científico, da linguagem, do léxico, da concepção de humanidade e da ética do sujeito e do coletivo nas relações sociais, assim como das relações entre indivíduo e sociedade”. (HARDING, 2007, p. 165). A crítica se estendeu à incorporação das dimensões emocionais e subjetivas da vida como meio de existir e forma de conhecer que a ordem da razão e da objetividade não se constitui em recursos exclusivos da ciência; o que pressupõe que o conhecimento pode ser produzido pelas mulheres, na extensão de suas heterogeneidades.

Nesta direção, a perspectiva epistemológica interseccional é uma

importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais. Crenshaw (2002) ao apresentar o conceito de interseccionalidade, destaca que diferente das mulheres brancas, as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram ou sobrepõem-se. A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista. Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente neo-ortodoxas formas de fazer análises feministas.

Nos primeiros anos do século XXI, o termo “interseccionalidade” passou a ser amplamente adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais. Estudantes de ensino superior e docentes de áreas interdisciplinares, como estudos. Assim, a interseccionalidade, a depender da contextualização, pode ser utilizada tanto para enfatizar uma dimensão negativa, de opressão e desempoderamento, como para pensar a emancipação e a mobilização política, feministas, estudos raciais, estudos culturais, estudos da civilização estadunidense e da mídia, bem como da sociologia, da ciência política, da história e de outras disciplinas tradicionais, encontram a interseccionalidade em cursos, livros e artigos teóricos.

O conceito de interseccionalidade é metodológico porque permite experimentar, diagnosticar, as epistemologias de dominação como as estratégias de resistência que delas se desprendem, focaliza a tripla opressão/dominação que as mulheres experimentam, supondo que cada relação de dominação é integrada a outra. Com a noção de interseccionalidade podemos problematizar a ideia de sexismo como a única relação de poder transversal a todas as mulheres.

No desenvolvimento dos feminismos do século XX, não ficaram explícitos as conexões entre o gênero, a classe, a heterossexualidade como racializadas, sendo empregado no movimento de “liberação da Mulher” com a caracterização da mulher branca na luta. As feministas burguesas brancas se ocuparam de teorizar no sentido branco de ser mulher como se todas as mulheres fossem brancas. (LUGONES, 2008).

Nessa direção, Lugones nos instiga a questionar e a compreender, lacunas na intersecção, uma vez que a interseccionalidade nos leva adiante na tarefa de conceitualizar a lógica da intersecção para desse modo, evitar a separabilidade das categorias dadas do pensamento categorial (LUGONES, 2018).

Por outro lado, interessa centrar agora em um aspecto pouco abordado que assoma eloquentemente a cotidianidade das instituições educativas: o discurso da heteronormalidade. Lugones retrata que a era colonial nos deixou a definição de gênero “como um conceito colonial e como um modo de organização de relações de produção e de prosperidade, de cosmologias e de modos de conhecimento” (LUGONES, 2008, p. 239).

Neste contexto, este artigo pretende fomentar sobre as questões temáticas de feminismo, marxismo e relações de gênero no âmbito da educação, dando destaque a alguns autores e pesquisadores que contribuíram para a definição de gênero e suas consequentes implicações. Com o intuito de romper essas barreiras de estereótipos e diferenças, no âmbito educacional este fator se identifica como uma trilha que permite tanto a professores como alunos, adquirir novas percepções e experiências sobre os padrões existentes na sociedade, buscando reduzir os conflitos entre homens e mulheres, dando mais abertura de aprender com as diferenças.

Vasconcelos e Ferreira (2020) apontam que a escola e os docentes são um dos principais responsáveis pela formação dos(a) cidadãos(ãs), em referência à comunicação e na transformação dos saberes sociais historicamente realizados. Por essa razão que se faz tão relevante tratar sobre questões de gêneros e sexualidade na escola, especialmente o feminismo, pois a partir deste emprego se consegue contribuir para a superação de alguns estereótipos e preconceitos existentes entre homens e mulheres, oportunizando aos alunos viver diversas experiências, com diferentes pessoas, por meio de inúmeras atividades.

Silva (2020) enfatiza que a preponderância de mulheres na área da educação é certamente um fato histórico no sistema de ensino brasileiro, no entanto tem-se um processo de invisibilidade, silenciamento e opressão. E partindo deste contexto, o objetivo geral do artigo é demonstrar a epistemologia feminista através de apontamentos teóricos-metodológicos, tendo como referência a problematização da presença e atuação das relações feministas no campo da educação.

A importância em se realizar este artigo acerca da temática de gênero,

feminismo e opressão, emerge da necessidade de se compreender as implicações que os mesmos trazem na divisão social e sexual do trabalho no âmbito educacional. Visto que a indivisibilidade do trabalho desempenhado pelas mulheres tem ganhado cada vez mais espaço de análise e de pesquisa, colocando em pauta a necessidade de se debater conceitos em relação à divisão social do trabalho, englobando também relevantes teorias à luz do marxismo (MATOS, 2021).

Metodologia

O desenvolvimento do artigo se deu por uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória de caráter bibliográfico, destacando-se a noção de que o conhecimento é uma construção histórica. Nas abordagens com base nas teorias feministas de gênero na investigação no campo da Educação traz para si elementos simbólicos que são mediados pela cultura. Marconi e Lakatos (2017) salientam que a pesquisa qualitativa o pesquisador passa a compreender os fatos com base na sua participação e interação com os sujeitos da pesquisa, em outras palavras o pesquisador se envolve com o ambiente e com a situação que está sendo investigada. A pesquisa exploratória busca analisar o tema proposto, permitindo assim que se adquira um conhecimento mais amplo sobre a temática e que oferece contribuições a futuros trabalhos (GIL, 2018).

Deste modo, quanto aos meios para se atingir os resultados do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, com análises dos fenômenos a serem estudados. Assim a pesquisa buscou analisar conceitos relacionados a epistemologia feminista; sobre as ideias de Marx e o feminismo e sobre as metodologias feministas que podem ser empregadas na educação.

A pesquisa sistemática foi realizada em diversas plataformas de busca, em periódicos científicos como: Revista Ibero – Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE; Eccos Revista Científica; Educação em Revista – EDUR; Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa e Revista Brasileira de Educação. A pesquisa nessas plataformas se deu por meio do emprego de algumas Palavras chave em português, como: Feminismo e Marxismo; Feminismo e educação; gênero e educação, entre outras. Esses estudos contribuem para a evolução da ciência, de modo que se possibilite e ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos; contribuem com a teoria e prática, para, posteriormente, buscar

o que ainda não foi feito, atentar para um número considerável de pesquisas realizadas que são de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade.

Referencial Teórico

Como anteriormente sinalizado, as epistemologias feministas tem colaborado com reflexões no campo da ciência, especialmente no âmbito da educação popular, contribuindo na luta pela libertação e emancipação das mulheres (MORETTI; ROSA, 2018).

Hierro (1990) expõe que a ética feminista é tida como um comportamento e conjunto de ações que se dispõem ao contrário dos mecanismos de exploração e de opressões de um sexo sobre o outro. Deste modo, é emergente que na área da educação e da pedagogia, se possa desenvolver métodos com base no pensamento e na ação das mulheres, visto que as mulheres não são apenas a grande maioria que atuam nos âmbitos da educação, como também são elas que vivenciam suas experiências.

Marxismo feminista

A relação entre feminismo e marxismo para mostra-se relevante para o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pela imbricação das relações sociais de sexo, “raça” e classe. O materialismo histórico dialético possibilita uma análise crítica sobre as relações sociais, mediante uma perspectiva de totalidade e de busca pela apreensão das mediações que possibilitam o desvelar da essência dos fenômenos sociais, portanto, indo além das suas expressões imediatas. Esse método, incorporado aos estudos feministas marxistas, possibilita uma perspectiva teórica e também político-interventiva de desnaturalização das particularidades das diversas desigualdades.

A defesa do feminismo marxista é premente em um momento em que as transformações contemporâneas exigem organização política para fazer frente à barbárie capitalista e à agudização da questão social. Além disso, tem crescido o chamado “feminismo culturalista”, rejeitando-se “uma análise sistêmica, anticapitalista e a relação entre a história da cultura e a construção de significados em um sistema social de classes” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 102). O “feminismo culturalista” vai

na contramão das exigências que as condições históricas põem para o enfrentamento das desigualdades sociais ao marginalizar “análises sobre trabalho e gênero em favor de práticas culturais, dos significados do corpo, de prazeres” (IDEM, p. 102) na teoria e no método marxista.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47, grifos nossos).

Se entendemos, portanto, que não são as ideias que determinam a realidade, mas ao contrário, podemos concluir que é insuficiente transformar as ideias. É fundamental a intervenção coletiva nas relações materiais que determinam as ideias dominantes. A naturalização e a invisibilidade do trabalho das mulheres têm ganhado cada vez mais espaço, havendo assim uma necessidade em se ampliar discursões em torno da concepção de divisão social do trabalho, se estendendo a relevantes elaborações teóricas à luz do marxismo (MATOS, 2021).

Como nos propõe Saffioti (2004, p. 125): O importante é analisar as contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade — novo patriarcado-racismo-capitalismo — historicamente constituída.

A cientista política Heather Brown em sua obra *Marx on gender and the family* (2012), nos demonstra as inúmeras possibilidades de aproximação que se tem entre o marxismo e as teorias feministas, a partir das obras de Marx e Engels. O fator mais significativo para a autora foi a ênfase de Marx em erradicar todas as formas de opressão, em especial a opressão contra a mulher.

Deste modo, para que o fim da opressão ocorresse, era preciso não apenas uma revolução política e econômica do proletariado, era necessário que as relações sociais deveriam passar por diversas transformações significativas. E as mulheres precisaram desempenhar um papel relevante para a construção de uma nova sociedade (BROWN, 2012).

Kergoat (2009, p. 68) aponta que o marco das mobilizações estudantis se deu no ano de 1968, assim o movimento feminista francês passou a dar mais visibilidade a análises teóricas que abordavam sobre a conscientização das mulheres no que se refere ao trabalho invisível desenvolvido gratuitamente “que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2009, p. 68).

Durante o período militar, algumas militantes brasileiras exiladas na França criaram “O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”, e logo depois das contribuições da teoria materialista do feminismo francês de inspiração marxista, foi que se manifestou o feminismo brasileiro, isto na década de 70 (SCAVONE, 2009, p. 38).

O projeto coletivo que serviu de base na França às primeiras aparições do termo “divisão sexual do trabalho” tinha uma ambição maior que denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o “trabalho”. O ponto de ancoragem dessa ambição era a ideia de que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Hirata e Kergoat (2009) enfatizam que todo o acúmulo teórico que vem se aperfeiçoando desde a França, seguiu para novas perspectivas no âmbito da sociologia do trabalho, possibilitando desta forma abranger análises que englobam a diversificação nas relações e na natureza do trabalho, elaborado dentro do contexto da divisão sexual do trabalho.

Marx argumenta que o desenvolvimento geral da sociedade pode ser julgado com base na relação entre homens e mulheres.

[...] a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com outro ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto o comportamento natural do ser humano se tornou humano, ou até que ponto a essência humana se tornou para ele a essência natural, até que ponto a sua natureza humana se tornou para ele natureza. (MARX, 2010, p. 105)

Ainda, que os movimentos feministas entre as décadas de 60 e 70 tenham contribuído para grandes conquistas, como o direito ao divórcio por exemplo, em países como Inglaterra, Estados Unidos e Itália, e tenha se tornado uma referência nesta luta pelo mundo, os limites impostos ao movimento feminista em razão da ausência “de uma política e de uma direção que unisse essas lutas às da classe trabalhadora mundial em direção à revolução socialista” (TOLEDO, 2017, p. 213), acabaram colocando-o em segundo plano.

O fato é que as transformações ocorridas na estrutura familiar com o advento do capitalismo instituíram novas configurações ao trabalho antes confeccionado pelas mulheres, e longe de buscar a verdadeira emancipação feminina da proletária, estando sob o comando do capital este fenômeno veio atender às tendências de expansão do sistema que amplia sua massa de trabalhadores/as e intensifica os níveis de exploração (MATOS, 2021).

A partir do trabalho surgem-se novas necessidades e novas formas de comunicação que contribuem para o desenvolvimento da consciência como produto social, o que de certa forma se envolve com relação ao objetivo de reprodução de vida biológica e social (a família). Onde a procriação dos filhos surge como a primeira forma de divisão do trabalho, sendo importante salientar que não é nesse campo que se localiza a exploração da mão de obra feminina. Para Marx, o desenvolvimento da maquinaria, é um forte exemplo, pois se criavam condições necessárias à dispensa de exigir-se o emprego de trabalhadores/as sem força muscular, motivo pelo qual “o trabalho de mulheres e crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria!” (ENGELS, 2014, p. 36).

Entende-se, que nessa passagem Marx expõe que o relacionamento entre homens e mulheres revela o grau de alienação, o grau de estado biológico referido, quer dizer, que tanto homens quanto mulheres coexistiam, em termos de reprodução da espécie (SILVA, 2019).

Sendo assim, as análises de Hirata e Kergoat (2009, p. 67) certificam que as relações que se instituíram em diferentes sociedades, se configuram nas apresentadas pela divisão sexual do trabalho e também as relações sociais do sexo, ainda que suas bases se mantenham e que “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais”.

O trabalho invisibilizado

A invisibilidade das mulheres não é algo que ocorre exclusivo e somente na educação, ela está como um todo em inúmeros segmentos da sociedade brasileira, principalmente nos resquícios de uma sociedade patriarcal. Sob o olhar histórico às mulheres encontram-se ocupando o papel do lar (lavando, cozinhando e passando) (SOUZA *et al.*, 2021).

Partindo do processo de invisibilidade, é importante salientar que para as mulheres brancas que pertencem a uma classe mais alta a invisibilidade ocorre de forma diferente das mulheres que pertencem a classe trabalhadora, sendo também distinta entre as mulheres negras ou indígenas. Isto não significa uma dissociação de lutas feministas, mas existe um entendimento sobre esses diferentes desafios encontrados por cada uma delas conforme as diversas classes as quais pertencem (DAVIS, 2016). Desta forma, ao olhar para o espaço em que as mulheres se encontram inseridas, compreende-se quais as invisibilidades atingem a sua existência, principalmente com relação ao gênero e raça, permitindo assim que se identifique as inúmeras faces da opressão.

Com isso, ao se tratar da invisibilidade das mulheres é preciso definir as distinções das faces existentes da opressão que sustentam a sociedade patriarcal, levando em consideração o desenvolvimento do presente artigo, a invisibilidade aqui referida será referida as relações de gênero no campo da educação.

Os estudos sobre gêneros contribuíram para um extenso debate sobre a realidade das mulheres na sociedade, sendo elaboradas a partir de pesquisas, que tem como temas: desigualdade salarial; direitos reprodutivos; estereótipos feminino e masculino; divisão do trabalho; violência doméstica, dentre outros (COMIN, 2021). Estas pesquisas estruturam a base de análises; conscientização; avanços; transformação cultural, de costumes e do deslocamento de posições sociais das mulheres, pondo deste modo as mulheres no centro do debate.

As diferenças de gêneros têm atuado como alicerce para se edificar as relações de desigualdade entre homens e mulheres, sendo este fator estabelecido historicamente, tendo como principal característica a subordinação das mulheres. No entanto, as relações de gênero não são registradas pela biologia, mas sim pela

cultura, sendo estas passíveis de transformação, que é o que tem sido reenviado pelas feministas (PAIVA *et al.*, 2021).

A divisão do trabalho existente entre homens e mulheres, no que se remete as características e conceitos conforme cada tempo histórico, sofreu diversas mudanças com a chegada do capitalismo, no entanto as raízes existentes na opressão da mulher pelo homem, na família patriarcal e monogâmica não foi abandonada, pelo contrário, dentro da família moderna “o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 2014, p. 83).

Embora a teoria de Marx permaneça pouco desenvolvida em relação aos estudos que envolvam feminismos e capitalismo, suas categorias, no entanto, conduzem a uma crítica sistemática do patriarcado à medida que ele se manifesta no capitalismo. Nesse sentido, seus estudos fornecem recursos para as teorias feministas, ou, pelo menos, abre novos caminhos para as discussões feministas na sociedade capitalista.

Relações de gênero no campo da educação

Os debates acerca de temas que relacionam gênero e sexualidade não é algo novo e nem inédito nas escolas brasileiras, tem se tido cada vez mais inúmeros pontos de vista que abrangem aspectos políticos voltados para a diversidade e a questão da diferença (BASTOS *et al.*, 2021).

Diante da importância que a escola possui na formação dos indivíduos, estes temas se tornam fundamentais para o desenvolvimento dos alunos, é preciso que eles tenham contato com questões de igualdade entre gêneros. É necessário conscientizar “os alunos de que as diferenças entre homens e mulheres são, sobretudo, construídas pela própria sociedade, de acordo com cada momento histórico e social.” (SILVA *et al.*, 2018, p. 96). Pois, “Sabe-se o quanto no senso-comum as identidades de gênero ainda se constituem com base em concepções dos papéis que cada indivíduo deve desempenhar de acordo com o sexo biológico.” (SILVA *et al.*, 2018, p. 122).

Neste sentido, o gênero desenvolvido pelo indivíduo, pode vir a ser a razão pela desigualdade, sendo que em diversas vezes o âmbito educacional é um dos responsáveis por reproduzir estereótipos de gêneros e hierarquias sociais, no instante em que se tem a caracterização de que meninas são de um jeito e meninos de outro

(SILVEIRA; RICHARTZ, 2021).

Desta forma, é fundamental que se tenha uma transformação em relação à construção das identidades dos indivíduos, seja em sua forma de pensar e agir na sociedade, no intuito de fazer com que eles respeitem as diferenças. E a escola, tem um papel fundamental na informação e na desnaturalização às violências de gênero, colaborando para que os alunos se informem e reconheçam a si mesmo (BASTOS *et al.*, 2021).

É importante que sejam tratadas as questões de gênero em todas as disciplinas para que se possa desnaturalizar os preconceitos que foram colocados enquanto naturais. Por isso, é tão necessário que se trabalhe massivamente na escola a referida desconstrução, considerando que o que é considerado como normal foi construído historicamente [...]. (SILVA *et al.*, 2018, p. 85).

É primordial frisar aos alunos, que não apenas homens e mulheres, mas todos os indivíduos da sociedade em que fazem parte, que possuem opiniões e pensamentos diferentes, devem ser respeitados e valorizados diante do processo de ensino-aprendizagem.

Considerando o papel unificador e delimitador que a escola desempenha por meio de seu conjunto de regras e normas, faz-se necessário que existam boas práticas que promovam o respeito à diversidade e também a realização de discussões que promovam a conscientização crítica acerca da diversidade e, sobretudo, acerca da igualdade de gênero. (SILVA *et al.*, 2018, p. 110).

Rena (2006) aponta que a discussão de gênero dentro do campo da educação precisa ocorrer com o emprego de estratégias metodológicas dialógicas e também participativas, visto que o diálogo é o elemento que contribui para a produção de conhecimento na escola, por exemplo, em um espaço democrático todos/as precisam expor suas ideias, e estas precisam ser ouvidas/os e respeitadas/os.

É preciso relacionar estas temáticas com bases em materiais e ideológicas do sistema patriarcal-racista-capitalista, uma vez que o feminismo materialista se fundamenta conforme aponta Cisne (2014, p. 127) “[...] relações sociais desiguais de classe, “raça” e sexo, ou seja, para a transformação da realidade em sua totalidade”. E por meio dessas dimensões, identifica as mulheres como sujeitas que sofrem as opressões e vivenciam as relações desiguais do patriarcado nas suas vidas.

O viés crítico e dialético dessa escolha metodológica questiona uma visão estática da realidade, manifestando interesse transformador das situações ou

fenômenos estudados, resgatando sua dimensão histórica e desvendando suas possibilidades de mudança.

Deste modo, uma metodologia variada pode auxiliar ao se abordar relações de gênero, por exemplo, esta abordagem pode ocorrer por meio de dinâmicas em grupos que atuam como pontos de partida para o debate, sendo essencial a devida adaptação do/a docente, pois é preciso para iniciar a dinâmica é necessário olhar a idade; interesse e maturidade dos alunos (MOREIRA *et al.*, 2021).

Junqueira (2009) aborda que as questões de desigualdade de gênero na escola são expressas também na prática de violência que ocorre entre meninas e meninas, e também entre meninas e meninos, que de certa maneira se apresentam fora dos padrões de masculinidade. Assim, estas violências ocorrem devido a diversos fatores, seja porque alguns não gostam de determinadas brincadeiras; seja por alguns meninos serem tidos como afeminados, dentre outros.

Assim, um desafio fundamental nas ações de formação é promover a quebra dos modelos universais, uma vez existem diferentes formas de ser mulher e de ser homem, sendo necessário o reconhecimento da diferença, não como desigualdade, mas como uma potente estratégia pedagógica de discussão da diversidade humana.

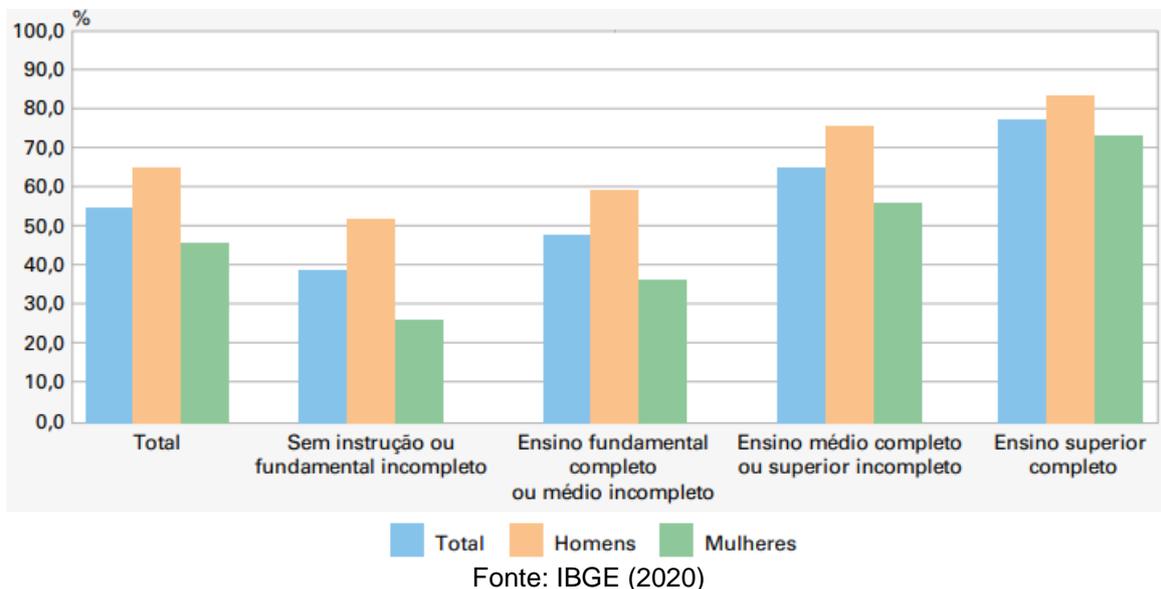
Resultados

No ano de 2018 as mulheres representavam cerca de 59% da força de trabalho, a pesquisa aponta que entre as diversas dificuldades em se sair para buscar emprego, muitas registravam estar grávidas e com problemas de saúde, outras colocavam que não conseguiam emprego porque não tinha com quem deixar seus filhos e precisavam cuidar dos afazeres domésticos, correspondendo a uma margem de 20% (IBGE, 2020).

A desigualdade de ocupação entre homens e mulheres foi de 65,5% e 46,1%, como indica o Gráfico 1. Ainda que a maior escolaridade seja das mulheres, isto não se faz suficiente para igualar a sua situação no mercado de trabalho em relação aos homens. O nível de ocupação das mulheres que possuíam ensino superior completo era de 2,8 vezes maior que o das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental completo (IBGE, 2020).

Os atores do universo educacional, a despeito de serem submetidos a determinantes circunstanciais, interagem a todo momento com tais determinantes. Nesse movimento, sujeitos e determinantes circunstanciais interatuam e se modificam mutuamente. É preciso ter isso em mente, no momento de se proceder às escolhas metodológicas das pesquisas, particularmente na área educacional.

Gráfico 1 – Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução



Em relação a ocupação da mulher no campo educacional, no Brasil é muito recente ainda o ingresso das mulheres na educação como um todo, não só nas Instituições de Educação Superior. Porém como destacado anteriormente, na maioria das vezes as mulheres não têm espaços de visibilidade no campo acadêmico. Nos últimos anos, impulsionadas pelas lutas do movimento feminista, este cenário vem se modificando em meio a uma estrutura social patriarcal que incide diretamente nas estruturas de poder. (SOUZA *et al.*, 2021).

Com relação à menor participação feminina na força de trabalho, um fator já amplamente abordado em relatórios estatísticos e na literatura acadêmica é a divisão por gênero das atividades domésticas. Conforme os resultados para 2019 do módulo da PNAD Contínua sobre outras formas de trabalho, a taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente era 92,1% para as mulheres e 78,6% para os homens e a de cuidados de moradores ou de parentes não moradores, 36,8% e 25,9%, respectivamente. Nesse contexto, as mulheres não ocupadas dedicavam, em média, 24,0 horas por semana a esse conjunto de atividades, enquanto os homens não ocupados, 12,1 horas (IBGE, 2020).

Os debates a respeito de gênero no campo da educação têm sido cada vez mais polidos por políticas castradoras que são simpatizantes de uma ideologia dominante, que tem por intuito proporcionar esse alijamento cada vez maior de temas fundamentais à construção do indivíduo a partir de sua existência (PEREIRA; SANTOS, 2021).

Os municípios de todo o país precisam desenvolver e estabelecer seus Planos Municipais de Educação, com base nas metas propostas no Plano Nacional de Educação (PNE), isto conforme as especificidades de cada município, mas sem deixar de executar os princípios de respeito aos direitos humanos e também a valorização da diversidade, que se caracterizam como pontos chaves para toda a educação básica.

Em 2014, durante a tramitação no Congresso Nacional da PNE, a questão de gênero foi retirada de seu texto original, naquele instante as bancadas evangélicas e conservadores, declaravam que as manifestações empregadas no documento colocavam em evidência uma ideologia de gênero, expressões estas que desfigurariam as concepções de homem e mulher, pondo em risco o modelo de família tradicional (AZEVEDO *et al.*, 2015).

O texto vetado no documento da PNE, tinha como objetivo central “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual” (PNE, 2014-2020). E desta forma, o PNE quando aprovado, repassou aos Estados e Municípios a decisão de inserir em seus planos a discussão de gênero e de orientação sexual.

Desta forma, nos últimos anos diversos debates foram levantados em todo o país, tendo projetos de Leis Municipais aprovados, proibindo a discussão de gênero e de sexualidade nas escolas. Os argumentos colocados para se defender a proibição de debates de gênero e sexualidade nas escolas, trazem diversas implicações, especialmente nas relações de gênero no próprio âmbito de ensino, e na sociedade de maneira geral. Visto que ao proibirem os debates destes temas tão importantes, eles acabam fortalecendo o patriarcado, o sexismo e o machismo, colaborando desta forma para a reprodução da escola opressora e discriminadora (JUNQUEIRA, 2009).

É importante salientar o quão importante são as discussões de gênero no campo educacional, pois se não se fizerem presentes esses debates a continuidade dos modelos tradicionais e conservadores nas relações entre os sexos irão se

intensificar ainda mais o sistema de opressão, dominação e exploração, incluindo a violência sofrida pela mulher dentro das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009).

Considerações Finais

Estudos sobre epistemologia feminista contribuem para o entendimento de que a produção de ciência não é neutra e também que a existência de um suposto universo masculino normalmente anula as visões do mundo daqueles que são dominados, oprimidos e explorados. As pesquisas buscam através das relações sociais compreender historicamente a legitimação dessa dominação e opressão masculina, apontando para a existência de caminhos que ajude a superar este fator.

A epistemologia das relações sociais de sexo, gênero e divisão sexual do trabalho auxilia no questionamento e nas contradições construídas pelo capitalismo que levam aqueles que sobrevive, da venda e da força de trabalho. A divisão do trabalho implica na repartição desigual de horas de trabalho entre homens e mulheres, seja ele o trabalho assalariado, historicamente invisibilizado e o trabalho doméstico não-remunerado.

Esta divisão impõe às mulheres um controle menor sobre o uso do tempo e se estabelece como aspecto fundamental no processo de acumulação de capital. Deste modo, as análises sobre as temáticas: trabalho e gênero, não podem ser realizadas sem levar em consideração os diferentes tipos de atividade criadas, especialmente pelas mulheres, as quais muitas vezes não são consideradas trabalho em sua definição geral.

No campo educacional existem diversas situações estereotipadas, que podem ser notadas no cotidiano, passando por diversas vezes despercebidas pelos educadores, contribuindo deste modo para a desigualdade. É por esse motivo, que se faz tão importante tratar desta temática no ensino, o intuito é ressignificar o pensamento e as atitudes em relação á busca pela igualdade de gêneros.

Além disso, o questionamento e o reconhecimento das desigualdades devem ser trabalhados em sala de aula, como prática pedagógica, exercitando o senso crítico dos alunos em relação às representações de gênero trazidas pelos livros didáticos, jornais, revistas e etc., refletindo sobre tais representações e identificando as desigualdades a fim de revelá-las e refutá-las com os alunos. A partir desse tipo de

estratégia será possível estabelecer oposição à estrutura escolar tradicional e patriarcal.

Empregar assuntos relacionados ao gênero contribui para a construção de uma sociedade sem exclusões ou diferenciações, mas para que isso ocorra é necessário que os educadores estejam capacitados, para que consigam tratar o tema expondo não apenas o seu real significado e sim utilizando de situações que ocorrem no dia a dia dos alunos, formando assim indivíduos que saibam respeitar e buscar os seus direitos na sociedade.

É importante salientar a importância do docente se capacitar em sua formação acadêmica e continuada, é preciso que este educador adquira conhecimento teórico a respeito da construção dos indivíduos, objetivando ressignificar conceitos e modificando atitudes.

Referências

AZEVEDO, A. P.; COSTA, A. M. M; PAIVA, P. H. A. da S. **GÊNERO E SEXUALIDADE NO P.N.E. (2014-2024):** discursos e sujeitos no contexto mossoroense. II Congresso Nacional de Educação. Mossoró, 2015.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 16, No. 1, janeiro-abril, pp. 207-228. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/ref/article/view>. Acesso em: março 2022.

BASTOS, F.; FERRARI, A.; CASTRO, R. P de; MAZZEI, L. D. Relações de gênero e sexualidades nas escolas. **Revista de estudo e pesquisa em educação**, v. 23, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/34657>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BROWN, H. A. **Marx on Gender and the Family: a critical study**. Boston: Brill, 2012. Disponível em: <http://ouleft.org/wp-content/uploads/marx-gender-family.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

COMIN, J. T. Mulheres em movimento: o feminismo no Brasil. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 8, n. 16, p. 273-295, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/10275>. Acesso em: 6 abr. 2022.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

ENGELS, F. A origem da família. In: TOLEDO, Cecília. **A mulher e a luta pelo socialismo**. 2.ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2018.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da Ciência". **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163-168, jan./jul. 2007. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/reciis/article/view>; Acesso em: 8 março 2022.

HIERRO, G. **Ética e Feminismo**. México: Textos universitários. Universidad Autónoma de México, 1990.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em 8 abr. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia nas Escolas**: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 27, p. 13-14, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644756>. Acesso em: 22 fevereiro de 2022.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LIMA, G. R. M. de; SILVA, M. X. da. O feminismo e suas vozes ocultadas. **Revista Ibero – Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, v. 7, n. 4, p. 901-907, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1031>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LUGONES, M. Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/ moderno. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.). **Gênero e performance: textos essenciais 1**. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 239-270.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: Walter Mignolo (Org.), **Gênero y descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008, p.13-54.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma?. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 11, p. 107–125, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467>. Acesso em: 20 fev. 2022.026X2002000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: fev. 2022.

MARCONI, D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/cfi/6/10!/4/2@0:0>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MARX, K. “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”. In: ENGELS, F. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 4 ed, São Paulo: Boitempo, 2010.

MATOS, A. C. Contribuições do marxismo para os estudos sobre gênero e saúde. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, v. 13, n. 1, p. 610–622, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.37004>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MOREIRA, M. I. C.; JAYME, J. G.; ALVES, C. E. R.; SOUZA, M. M. de; COELHO, N. Relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte: formação docente continuada. **Psicologia em Estudo**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/47746>. Acesso em: 8 abr. 2022.

MORETTI, C. Z., ROSA, G. R. da. Descautivar o pensamento pedagógico latino-americano: (Des)colonização e (Des)patriarcalização a partir da crítica feminista. **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1105-1127, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1105>. Acesso em: 6 abr. 2022.

PAIVA, C. C. da. S.; SOUSA, R. B. de.; RIBEIRO, E. J. Gênero, Educação e Metodologias Feministas. **Cenas Educacionais**, v. 4, n. e11421, p. 1-24, 2021. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11421>.

PEREIRA, G. A. F.; SANTOS, G. G. Identidade de gênero e orientação sexual na escola: um debate necessário. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/18409-Article-228540-1-10-20210801%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/18409-Article-228540-1-10-20210801%20(1).pdf). Acesso em: 8 abr. 2022.

PNE 2014-2020. Disponível em: www.cedes.unicamp.br.

RENA, L. C. C. B. (2006). **Sexualidade e adolescência**: as oficinas como prática pedagógica. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 11-36, 1995.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCAVONE, L. Prefácio à edição brasileira. In: HIRATA, Helena; et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVA, A. O. G.; GOMES, D. A. A.; KRUCZEVESKI, L. R. Considerações pedagógicas sobre ensino de sociologia através da perspectiva de gênero. In: MACHADO, G. E.; OLIVEIRA, V. M. F. (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação**. Rio de Janeiro: Eulim, 2018. p. 76-105.

SILVA, B. C. de S. L. **Patriarcado e teoria política feminista**: possibilidade na ciência política. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política. 114 f. 2019.

SILVA, M. A. da. Pensamento decolonial feminista do Sul: uma experiência de educação popular a partir de narrativas de mulheres camponesas. **Eccos Revista Científica**, n. 54, p.1-17, jul./set. 2020.

SILVEIRA, R. I. da; RICHARTZ, T. Desafios da igualdade de gênero no espaço escolar: o papel dos professores na construção de uma educação para a equidade. Graduanda do curso de Pedagogia, 17 f. 2021.

SOUZA, M. S. de.; RIBEIRO, S.; PEREIRA, T. I. Educação popular e feminismo: tensões, rupturas e afirmações. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-28, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/6507>. Acesso em: 6 abr. 2022.

TOLEDO, C. **Gênero e Classe**. São Paulo: Sundermann, 2017.

VASCONCELOS, C. M. T.; FERREIRA, L. A. A formação de futuros professores de educação física: reflexões sobre gênero e sexualidade. **Educação em Revista – EDUR**, v. 36, n. 1, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37564>. Acesso em: 5 abr. 2022.

VIELMO, P. O encontro entre pedagogia freiriana e pedagogia feminista. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 36 - 48, 2022. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/127>. Acesso em: 6 abr. 2022.

Recebimento: 28/04/2022

Aprovação: 18/06/2022



Q.Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França